

Pronunciamento recebimento do título de Deputado Emérito AL RS

Cumprimentos e agradecimentos

Ao Público Presente

Aos Familiares

Recebo e comparto este título com todos os companheiros e companheiras que representaram o PT nesta casa. Em 1986, na primeira bancada, trazíamos todo o compromisso e disposição nas esperadas mudanças após duas décadas de um regime ditatorial. Eleitos não como constituintes exclusivos, mas como deputados estaduais delegados para elaborar a Carta gaúcha após o Congresso Constituinte de 1988. Recaiã sobre todos nós as grandes expectativas de superação dos anos sombrios que a sociedade brasileira vivera mas também de uma experiência republicana marcada por longos períodos de governos oligárquicos e autoritários. Os 55 deputados e deputadas eleitos, com nossas diferenças partidários e programáticas, participamos e estimulamos no limite de nossas forças a presença e o protagonismo da sociedade visando com isso alcançar os melhores resultados.

Recentemente a Assembleia Legislativa homenageou os 35 anos da Constituinte de 1988 e da delegação recebida por nós, para elaborarmos a Carta Estadual de 1989. Nessa oportunidade, a fala do Presidente Zanchin, secundado em apertes das bancadas, somaram-se no elogio no reconhecimento e no compromisso de defendê-las e praticá-las no convívio democrático do pluralismo político que elas asseguram. O destaque à participação popular, a presença das comunidades, das mulheres, das minorias étnicas, da agricultura familiar, dos sindicatos empresariais e de trabalhadores, da juventude estudantil e tantos outros, foi corretamente ressaltada.

Vivemos em 1989 um ano sem precedentes de participação social, que se fazia presente com reivindicações, sugestões, propostas e projetos elaborados. As Comissões Temáticas tinham suas agendas repletas de audiências onde era difícil dar conta de ouvir, debater, recolher e selecionar as centenas de reivindicações e contribuições que recebíamos. Nossa bancada, com apenas quatro deputados, precisou ser polivalente e viramos “especialistas” graças ao trabalho incansável da pequena mas competente assessoria e a militância voluntária que se agregou naquele momento particular.

É necessário, elogiável que continuemos homenageando as Cartas de 1988 e 1989, fundamentadas na SOBERANIA, CIDADANIA, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, nos VALORES SOCIAIS DO TRABALHO e DA LIVRE INICIATIVA e no PLURALISMO POLÍTICO.

Esses fundamentos determinam os objetivos maiores da República:

Construir uma sociedade livre, justa e solidária

Garantir o desenvolvimento nacional

Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais

Promover o bem de todos, sem preconceitos, de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

São os princípios fundamentais e os objetivos da Constituição que produzimos e juramos respeitar e manter. São importantes os momentos de homenagem e compromisso para continuarmos buscando materializá-la na vida real e cotidiana de toda população.

É imperioso, no entanto, reconhecermos que os princípios que firmamos na Constituição ainda não estão garantidos a todos os cidadãos e cidadãs. Isso não retira a importância do pacto social alcançado. Apenas reafirma o que a História nos ensina de que as leis se tornam realidade na permanente e legítima disputa de interesses sociais e coletivos e que o espaço democrático é a forma mais adequada que a humanidade alcançou.

A democracia, porém, não é unívoca. Possui teorias e práticas diferenciadas. Pode ser de alta e baixa intensidade. Pode ter mais ou menos restrições de acesso. Regimes autoritários, resquícios aristocráticos, preconceitos medievais e os sistemas eleitorais tornam os regimes políticos mais ou menos democráticos. Podem dificultar, iludir e até fraudar o objetivo soberano dos processos eleitorais tornando-os confusos, incoerentes e contraditórios.

Por isso a busca incessante de aperfeiçoamento de novas regras de participação é tão importante para a sociedade e, principalmente para aqueles que, temporariamente, têm a responsabilidade e o mandato da soberania popular para legislar em sua representação.

Temos uma longa história a resgatar. Somos fruto na América de 3 séculos de absolutismo colonial, da escravidão mantida até o século XIX e todas suas consequências e mazelas sociais.

Construímos nossas instituições políticas atuais na cópia do liberalismo político europeu com o sistema representativo, divisão e independência dos poderes, sistemas eleitorais e partidários semelhantes e com um lento e difícil avanço democrático conforme cada realidade nacional conseguia urbanizar-se, reconhecer conflitos e garantir direitos de organização coletiva, sindical e partidária. Em nosso país, se formos rigorosos na análise legal, temos que reconhecer que há apenas quatro décadas alcançamos plena liberdade de organização política em mais de cinco séculos de história.

Esses processos não são apenas econômicos e políticos, são acompanhados de ideologia, de visão de mundo, de explicação dos fatos pela ótica dos dominantes e se reproduz via família, escola, igrejas, partidos e meios de comunicação.

Por isso, mesmo com o fim da escravidão e do anacrônico século imperial o novo governo republicano já no século XX, nas mãos da cafeicultura, defendia arduamente a tese liberal clássica da divisão internacional do trabalho que nos condenava ao subdesenvolvimento. Precisou ocorrer a crise mundial de 1929 e algumas revoltas políticas até 1930 para o país acordar para a modernização da indústria e da urbanização. Mas, estávamos ainda longe da democracia.

A disputa expansionista e imperialista das grandes potências capitalistas gerou uma profunda crise econômica e duas grandes guerras mundiais, assim como ideologias totalitárias que mesmo derrotadas, mantiveram-se e espalharam-se pelo mundo.

Os traumas da Segunda Guerra Mundial, a alternativa socialista do leste europeu e o surgimento da ONU geraram uma nova face do capitalismo e sua ideologia. Seria possível produzir, crescer e distribuir. Abria-se a possibilidade do “Estado de Bem Estar Social”, isto é, um capitalismo humanizado, um Estado interventor e regulador, com empregos e distribuição de renda, direitos trabalhistas e previdenciários, saúde, educação e moradia como direitos sociais.

A ajuda internacional, a Revolução Verde, a Aliança para o Progresso foram a face latino-americana do Bem Estar Social proposto pelos Estados Unidos para o continente. Os governos populares e reformistas da América Latina acreditaram nas novas teses e avançaram questionando velhas estruturas mas a ideologia servia mais para propaganda e não para sua universalização. Uma sucessão de golpes de Estado na América, as guerras de libertação nacional na África e na Ásia e o preço do petróleo colocaram em xeque as promessas do novo período. As reformas e benesses do capitalismo humanizado não alcançaram três décadas.

Os teóricos do neoliberalismo, o centro irradiador de DAVOS e os governos dos EEUU e do Reino Unido apontam um novo rumo, novas teses para retomar o crescimento mas, principalmente, para reverter a queda da taxa de lucros. Agora a nova alternativa seria a globalização e a abertura dos mercados, o fim das regulamentações do trabalho, dos salários, da previdência e dos bancos. A diminuição e privatização dos serviços públicos de educação e saúde, das empresas públicas. Abandono do papel regulador e planejador do estado e o mais perigoso, abandono da democracia, do liberalismo político, pelo estado autoritário, policialesco e repressivo.

Teses tão distintas servem a todos os países? Como se propagam tão rapidamente? Como se tornam verdade, as teses do “pensamento único”, do “fim da história”? Esse é o desafio da política.

Mesmo assim, essas faces distintas que o capitalismo assumiu não são lineares nem se expressam em cadeia automática para todos os países. O caso brasileiro é um exemplo. Apesar do alinhamento internacional com os EEUU o regime autoritário de 1964 não assumiu as teses neoliberais. Pagava tributo à força e à lógica das teses nacional desenvolvimentistas dos 1950 e 1960. Seu caráter autoritário e anti socialista não impediu a defesa do projeto Brasil Potência e a necessidade do Estado, das grandes empresas públicas, da infraestrutura de comunicações, da energia e petroquímica, da indústria aeronáutica, da pesquisa nuclear e até do planejamento governamental. Ninguém ousaria acusar os militares de esquerdistas ou retrógrados estatizantes. Foram Collor e FHC e as forças que os elegeram que aderiram às boas novas dos banqueiros de DAVOS.

Faço esta digressão no passado para ressaltar a falta de objetividade histórica, o predomínio da ideologia e dos preconceitos e a força da mídia monopólica em criar verdades absolutas, pregar anátemas e negar evidências do verdadeiro

debate que precisamos realizar. O ponto de partida é nos reconhecermos como parte deste continente explorado, subdesenvolvido e dominado até hoje por ideias fora do lugar que tentam impedir nossa identidade e ação consciente.

É flagrante, no mundo inteiro a crise de legitimidade e de capacidade de desenvolvimento do neoliberalismo como modelo, como único caminho dos povos no mundo inteiro. Isto não significa que estamos no limiar de uma grande transformação social, de predomínio de um novo modo de produção em escala internacional. A crise e dissolução da União Soviética em 1990 deixou de ser um modelo de socialismo e a China revela-se mais preocupada com seus negócios do que exportar revoluções e modelos de crescimento.

São nesses interregnos, nestas quadras históricas, em que um sistema apresenta sinais de crise e decadência, mas não há força política alternativa à vista que o substitua, que surgem as falsas narrativas, o salvacionismo e os profetas do fim do mundo. O grande perigo nesses momentos é o uso do descrédito nas instituições vigentes, do cansaço de políticas frustradas, para justificar o falso pregador contra todos os males. No fundo, é apenas mais um defensor e reproduzidor da ordem estabelecida, via autoritarismo e barbárie.

Deixo aqui, como emérito agraciado, minha contribuição ao debate. Que esta Casa e o pluralismo que representa retome o clima e o espírito que vivemos na Constituinte. Abrir a Assembleia para os grandes debates, as Comissões da Casa serem verdadeiras Comissões Temáticas trazendo os interesses sociais mais variados para construir alternativas consensuadas ou majoritárias, mas que expressem a participação aberta, livre, contraditória de onde aparecerão saídas.

Olhemos, novamente para os fundamentos e os princípios que estão gravados na Constituição. Ainda não os cumprimos ou entregamos plenamente à sociedade. É hora de humildade e reconhecimento da dívida histórica com o nosso povo de um Estado mais eficiente e planejador, mais justo em seus impostos, menos burocrático e privilegiado para poucos, mais forte nos serviços básicos que deve prestar e que se abra, efetivamente, à participação popular, a uma democracia participativa.

Muito Obrigado!

Raul Pont
Novembro de 2023

